

- Vieira, R. M., Tenreiro-Vieira, C, e Martins, I. P. (2010). Pensamiento crítico y literacia científica. *Alambique*, 65, 96-103.
- Vieira, R. M., Tenreiro-Vieira, C., e Martins, I. P. (2011). Critical thinking: Conceptual clarification and its importance in science education. *Science Education International*, 22 (1), 43-54. [acedido em 7 de Março de 2011 em: <http://www.icaseonline.net/sei/march2011/p4.pdf>]
- Wenger, E., Mcdermott, R. e Snyder, W. (2002). *Cultivating communities of practice. A guide to managing knowledge*. Cambridge. Harvard Business School Press. [acedido em 10 de Dezembro de 2010 em: <http://hbswk.hbs.edu/archive/2855.html>]

8.132.

Título:

O processo da decisão curricular no ensino de graduação em administração relacionado com as novas exigências da educação superior

Autor/a (es/as):

Will, João Manuel de Sousa [Universidade Federal do Tocantins- Brasil/Universidade do Minho]

Pacheco, José Augusto [Universidade do Minho – Portugal]

Resumo:

Este trabalho foi desenvolvido com base em uma análise das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) da República Federativa do Brasil, no que diz respeito ao curso de graduação em Administração, para inferir sobre os elementos que orientam a decisão curricular no contexto da organização desse curso. O estudo é fruto da investigação realizada na Universidade do Minho, no nível de doutoramento em Ciências da Educação na especialidade: Desenvolvimento Curricular do Instituto de Educação. Através da Resolução nº 4 da Câmara de Educação Superior (CES) e do Conselho Nacional de Educação (CNE) - dispositivo legal-, as DCN orientam a organização do curso de Administração. A sua aplicabilidade é um dos requisitos para as instituições de ensino superior (IES) permanecerem legalizadas no MEC. Historicamente, as universidades públicas têm assumido uma postura de reflexão, criação, crítica, democratização do saber, ao mesmo tempo que se têm preocupado com a eficiência e a eficácia no uso dos recursos e procedimentos para alcançar as metas previstas (Moreira, 2005). Em contrapartida, a proposta nacional para as IES traz alguns elementos de reflexão para a organização dos projetos curriculares, criando uma base comum entre as IES, em um período histórico em que os Estados Nacionais procuram atender nova ordem mundial do mundo

globalizado. As novas exigências de formação, na sociedade da informação e do conhecimento (Morgado, 2006), têm orientando o caminho que os cursos universitários devem trilhar e, no âmbito da decisão curricular (Pacheco, 2009), os elementos norteadores trazem implícitos uma política de gestão do ensino e da formação profissional. A metodologia se constitui em uma análise documental, com a apreciação e o processo de inferência sobre as DCN do curso de graduação em Administração. Essa investigação inicial é importante no que diz respeito à análise de elementos que estão implícitos na ideia da democratização do ensino superior no Brasil, visto que é a partir da elaboração do projeto pedagógico dos cursos, entre os quais o de Administração, respeitando as orientações das DCN e relacionando quantidade e qualidade, que as IES conseguem verbas públicas para implementar suas ações na área planejada. Essa produção inicial é parte de uma reflexão mais aprofundada sobre o processo de decisão curricular em uma universidade pública brasileira.

Palavras-chave:

Democratização. Ensino superior. Currículo nacional. Currículo local.

1 Introdução

Nas universidades brasileiras, o processo de decisão curricular no ensino de graduação em Administração, a partir de 2005, tem sido vinculado às novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Administração.

A decisão e gestão curricular no curso de Administração é um desafio posto às universidades brasileiras, para colocar em prática os projetos curriculares desse curso. O contexto educacional brasileiro, no que diz respeito às mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais, pode ser refletido a partir das discussões de Morgado (2006) quando diz que as novas exigências de educação e formação profissional emergem do contexto nacional, internacional, de uma sociedade de informação e do conhecimento. Nesse sentido, as exigências cotidianas, que são postas às universidades, se configuram em ofertas formativas quando são ajustadas à questão da quantidade e qualidade do ensino e formação dos jovens para desenvolver competências, a fim de ajudá-los na participação do contexto social e profissional de forma adequada e competente.

Com a nova visão de educação e formação profissional, as mudanças nas teorias e discussões curriculares que ocorrem em um continente passam a se agregar com rapidez às discussões de outro, devido a globalização. Até a década de 80, o que se produzia sobre currículo em uma parte do planeta, demorava para ser publicado em outras partes. A partir do final do século XX e início do século XXI, o sistema de informação vem proporcionando a comunicação entre as diferentes nações. Essa nova dinâmica de comunicação e interação permite que os

conhecimentos, competências e valores sejam agregados ao novo currículo em uma tendência mundial de educação, a fim de formar profissionais não só para interagir no âmbito nacional, mas também vinculado ao contexto internacional.

De um modo geral, esse texto foi elaborado com o objetivo de fazer uma reflexão inicial dos elementos das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Administração (2005), a partir da análise dos indicadores para a tomada de decisões curriculares no contexto universitário das universidades brasileiras. Para a realização desse estudo, se fez análise documental, com a verificação da Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) e a Câmara de Educação Superior (CES) nº 4/2005, publicada no Diário Oficial da União (DOU) da República Federativa do Brasil.

O texto é resultado de um estudo inicial sobre o processo de decisão curricular do curso de graduação em Administração, um primeiro resultado de uma investigação realizada na Universidade do Minho, no nível de doutoramento em Ciências da Educação na especialidade: Desenvolvimento Curricular do Instituto de Educação.

Para esse estudo, partiu-se da seguinte questão: quais os elementos referenciados nas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração, que se instituem como orientadores da organização curricular?

Neste estudo, as Diretrizes Curriculares Nacionais foram analisadas, possibilitando uma discussão pontual sobre os elementos encontrados nas DCN do curso de Administração das universidades brasileiras. Desse modo, o procedimento foi o seguinte:

- a) Solicitamos na Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal do Tocantins – UFT / Brasil (local de desenvolvimento da pesquisa), os documentos necessários que seriam usados para recolha de dados complementares às outras fontes de dados, dentre eles, a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) e a Câmara de Educação Superior (CES) nº 4/2005, publicada no Diário Oficial da União (DOU). Explicitamos a finalidade da requisição e o compromisso de agirmos com ética no processo de análise;
- b) Iniciamos pela leitura e pela decomposição da Resolução Nº 4, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, com a finalidade de construir grelhas como os elementos indicadores da tomada de decisão curricular para a organização do curso;
- c) Fizemos uma síntese do documento, com o reconhecimento do conteúdo;
- d) Organizamos grelhas, com as categorias indicadas pelas DCN (2005). Uma organização inicial para o tratamento dos dados, como parte do estudo para contextualizar o problema do estudo;

e) Análisamos e interpretamos os dados e elaboramos os quadros inseridos neste texto. O objetivo inicial se constituiu em analisar os elementos indicadores para os professores tomarem decisões no momento da organização curricular no contexto da universidade Federal do Tocantins, no Estado do Tocantins, Brasil.

2 Organização do curso de administração

O Ministério de Educação, através Resolução nº 4, de 13 de julho de 2005 da Câmara de Educação Superior e do Conselho Nacional de Educação, instituiu as DCN para o curso de graduação em Administração, com a finalidade de orientar a organização do curso nas instituições brasileiras de ensino superior, tendo como instrumento de organização do curso, os seguintes elementos: o projeto pedagógico elaborado por cada universidade; conteúdos da formação do administrador; proposta de formação do administrador e a estrutura curricular.

2.1 Projeto pedagógico

A lei de Diretrizes e Bases Nacionais (LDB) nº 9394/96, através do seu artigo 53, respeita e assegura a autonomia das universidades (Brasil, 1996), favorecendo ao processo democrático no contexto universitário quando se trata das decisões curriculares, desde que tomem como base as diretrizes curriculares nacionais e as normas gerais da União para fixar o currículo, estabelecer seus planos, seus programas e projetos dentre outras atribuições.

No artigo 52 da LDB nº 9394/96, trata-se das universidades instituídas como “instituições pluridisciplinares de formação de profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano” (Brasil, 1996, art.52).

O Ministério de Educação (2005), através da Câmara de Educação Superior e do Conselho Nacional de Educação, estabeleceu uma política para o ensino superior a partir das DCN (2005), propondo ao curso de graduação em Administração a sua organização por meio de seus projetos pedagógicos. Nesse sentido, a dimensão curricular em nível nacional pré-estabelece as condições da formação dos administradores, que passa a ser uma condição para o desenvolvimento da educação profissional, indicando alguns elementos a serem incluídos no projeto pedagógico, dentre os quais são indicados: *a concepção do curso, competências, habilidades e o perfil do administrador*, dentre outros. Desse modo, cada universidade e seus professores ficam incumbidos de elaborar o seu projeto pedagógico com base nas DCN.

É importante destacar que o currículo oficial (proposta do MEC) é imprescindível à elaboração da proposta local (Pacheco, 2000), nesse sentido, compreendemos que a construção do currículo para a formação dos administradores podem vincular-se ao currículo oficial sem perder a autonomia e as necessidades locais. Neste caso, os professores se posicionam e tomam decisões, considerando os interesses nacionais, regionais e locais (Pacheco, 2009).

O contexto organizacional é um dos aspectos que viabiliza a verificação das condições materiais (infraestrutura), as condições orçamentárias e culturais (Pacheco, 2002). Desse modo, os objetivos das universidades brasileiras é de possibilitar a superação de aspectos políticos, teóricos, didáticos, pedagógicos, criar as condições de planejar, implementar o currículo e o projeto pedagógico dos seus cursos de graduações.

O currículo do curso de Administração das universidades é pensado e construído, não como uma cópia da versão nacional, embora deva respeitar o núcleo comum determinado pelas DCN (2005), não se deve deixar de considerar a diversidade que atende as necessidades dos alunos da localidade, mas em integração com questões regionais, nacionais e internacionais (Pacheco, 2000), para evitar a formação de um tipo de profissional isolado do desenvolvimento de uma sociedade que mais e mais requer competências para atuação em um mundo globalizado (Morgado & Ferreira, 2006) . Nesse sentido, os princípios que regem o currículo oficial são os mesmos que regem o currículo da instituição? Esse é um aspecto que pode ser analisado e confrontado, entre outros aspectos como:

- concepções de educação; de ensino; de aprendizagem; e de curso de administração;
- perfil do aluno;
- diretrizes metodológicas;
- matriz curricular;
- as dimensões da formação do administrador (epistemológicas e profissionalizante);
- dimensão ética e cultural;
- linhas de formação; e
- organização do aspecto estrutural do curso – abordagem dos conteúdos, atividades acadêmicas articuladas ao ensino, trabalho de conclusão de curso (TCC).

A partir da leitura, análise, confronto e reflexão da proposta nacional e a local é que se decide pela organização curricular (Pacheco, 2000), não como uma lista de disciplinas, mas como uma estrutura que contempla as interrelações estabelecidas a partir das negociações e decisões, carga horária, outros elementos importantes na composição do currículo, a estrutura administrativo-pedagógica entre outros.

As DCN tratam de propor às Instituições de Ensino Superior (IES) a indicação da formação dos administradores na graduação (formação inicial) e na pós-graduação – especialização (formação continuada), em uma perspectiva teórico-prática.

2.1.1 Concepção do curso de Administração

A concepção de curso deve encontrar-se explícita no projeto pedagógico (DCN, 2005). A concepção de qualquer curso superior vincula-se diretamente às teorias e crenças dos professores, podendo ser consideradas como um saber particular, uma representação que os professores têm sobre o curso, uma certeza subjetiva produzida pelo pensamento racional (Tardif & Gauthier, 2001), que orienta o planejamento, o processo de decisão e a execução da prática curricular.

A concepção que os professores possuem sobre o curso de administração estão implícitas nas ações de decisão curricular, quando eles elaboram o projeto pedagógico, organizam a estrutura curricular, planejam suas aulas e executam suas ações quando ensinam.

O projeto e a organização do curso de Administração relaciona-se diretamente com a base de conhecimento dos professores do curso, dentre a qual, o conhecimento do conteúdo-pedagógico, ou seja, a transformação que o conteúdo disciplinar sofre na mente dos professores para ser ensinado.

A concepção do curso de Administração orienta a atividade do professor (ensino, pesquisa e extensão) e do aluno (aprendizagem, pesquisa e extensão), a partir da proposta nacional que sugere uma nova concepção aliada a perspectiva histórica e contextualizada no âmbito das organizações e do meio, mediante o uso de tecnologias inovadoras para atender a formação do administrador.

2.1.2 Competências indicadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para formação do administrador.

O currículo do Curso de Administração no Brasil tem professores das diferentes disciplinas como construtores potenciais do currículo local, visto que são eles que conhecem seus alunos, suas realidades e podem investigar o que eles precisam e conseguem aprender para desenvolver suas competências. Neste sentido, leva-se em consideração a individualidade, a cognição, as atitudes e os valores dos formandos, o que é importante para a consecução das metas do curso para a formação dos administradores, em contrapartida, pressupõe-se as habilidades e competências profissionais dos professores.

As competências e habilidades são adquiridas pelos professores de administração da mesma forma que os demais professores, via formação inicial, experiência e formação continuada. Nas discussões de Perrenoud, Paquay, Altet & Charlier (2001), os professores em seu processo de evolução podem passar do status de executor para o de profissionais, ou seja, evoluir do status de prático, através de longos estudos, para desenvolver sua atividade docente com autonomia. Neste sentido, os atos rotineiros dão lugar aos atos intelectuais na busca de inserir seus objetivos em situações complexas.

Para se ser professor é necessário o domínio de algumas competências básicas, dentre elas, as competências que são necessárias à mobilização do conhecimento e de outros recursos cognitivos (2001), ou seja, os conhecimentos disciplinares e culturais que são transmitidos, os conhecimentos pedagógicos e didáticos referentes a organização das condições da aprendizagem e da sua gestão na sala de aula (2001). Essa relação entre o professor e o que é ensinado vincula-se a uma relação pedagógica que pressupõe o que pode e o que não pode ser transmitido; isso delimita uma fronteira, que é bem definida ou pouco nítida. O enquadramento do conteúdo de ensino nessa fronteira de limites diz respeito à “síntese, ao grau de controle que o docente e o estudante possuem sobre a seleção, organização, ritmo e distribuição de tempo do conhecimento envolvido na relação pedagógica (Moreira, 2003).

As competências incluídas no currículo do curso de Administração, vinculam-se aos princípios de organização, fruto da decisão dos professores. Segundo Moreira (2003), no ensino superior, geralmente, o currículo pode ser do tipo: coleção ou integrado. Quando os professores escolhem o tipo coleção, tornam-se leal à disciplina pautada na propriedade privada; trabalho isolado; especializa as funções; o conhecimento é concebido como sagrado e misterioso (subjacente a concepção de aluno como ignorante e carente de socialização); “currículo como instrumento de controle dos sujeitos implicados”. Caso escolha-se o tipo integrado, a relação com aluno será outra, busca-se o desenvolvimento da capacidade da decisão do estudante, focaliza a construção do conhecimento, prioriza-se a relação entre diferentes campos do saber, valoriza-se o aprofundamento dos assuntos estudados e as relações em sala de aula são mais democráticas.

Que tipo de currículo é sugestionado pelas DCN (Brasil, 2005) para os professores planejarem o currículo local? Esse olhar pode ser feito a partir das competências e habilidades de ordem cognitivas; comunicativas; comportamentais, sociais; e profissionais, expressas no quadro 1.

Cognitivas	<p>reconhecer e definir problemas, equacionar soluções; pensar estrategicamente; introduzir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente; transferir e generalizar conhecimentos; exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão; desenvolver o raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle, bem assim expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais.</p>
Comunicativas	<p>Desenvolvimento da expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais.</p>
Comportamentais e sociais	<p>ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional.</p>
Profissionais	<p>refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;</p> <p>desenvolver a capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidiana para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se profissional adaptável;</p> <p>desenvolver capacidade para elaborar, implementar e consolidar projetos em organizações;</p> <p>desenvolver capacidade para realizar consultoria em gestão e administração, pareceres e perícias administrativas, gerenciais, organizacionais, estratégicos e operacionais.</p>

Quadro 1 - Competências e habilidades da DCN de 2005. Fonte: Resolução n 4 de 13 de julho de 2005, da Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE), da República Federativa do Brasil.

As competências e habilidades referenciadas no quadro 1 são aquelas que o curso deve proporcionar aos alunos, mediante as condições de organização do conteúdo curricular, resta saber como será feita essa articulação na prática.

A dimensão intencional do processo de ensino-aprendizagem, no que diz respeito ao ensino superior, não se trata de uma relação simples entre Diretrizes Curriculares Nacionais e decisões operacionais dos professores. As decisões na universidade, muitas vezes, são conflituosas diante dos diversos grupos formados no ensino superior, como os pesquisadores no campo do currículo, no campo científico e no campo acadêmico. O fato é que as competências básicas para o nível de ensino ou de escolarização em função da estruturação das competências essenciais da área de conhecimento e/ou disciplinas lecionadas pelos professores, (Pacheco,

2008), no contexto acadêmico, transforma-se em “um campo de disputas entre indivíduos, subgrupos e grupos reunidos em áreas de conhecimento, instituições científicas e pedagógicas, na busca do poder de estabelecer e definir o conhecimento legítimo” (Pinto, 1999 citado por Moreira, 2005).

2.1.3 Perfil do administrador

Para as Diretrizes curriculares Nacionais (2005), o perfil que o curso de Administração deve proporcionar no processo de formação diz respeito ao desenvolvimento de capacidades e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da produção e de seu gerenciamento, um tipo de profissional capaz de proceder a tomada de decisão, gerenciamento qualitativo e adequado, com flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada. Ver o quadro 2 referente ao perfil do profissional de Administração referenciado nas DCN (Brasil, 2005).

Perfil Profissional	Características
Competente	Desenvolvimento de Capacidades e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da produção e de seu gerenciamento/ tomada de decisão, gerenciamento qualitativo e adequado/ flexibilidade intelectual/ adaptabilidade contextualizada.
Globalizado	Formação com conteúdos que revelem a relação entre a realidade nacional e internacional.

Quadro 2 - Perfil profissional da DCN de 2005. Fonte: Resolução n 4 de 13 de julho de 2005, da Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE), da República Federativa do Brasil.

O perfil de formação do Administrador, pré-determinado pelas DCN (2005), pressupõe um profissional competente e globalizado, sugerido pelo dispositivo legal (Pareceres CNE/CES nº. 67/2003; 134/2003, 210/2004 e 23/2005) para cada universidade, objetivando a integração da orientação oficial ao currículo local. Neste sentido, o corpo docente no processo de seleção dos conhecimentos curriculares decide por um corpus de conhecimento que seja válido a esse tipo de formação, ou seja, um tipo que representa a comunidade acadêmica de uma ou outra universidade.

O nosso entendimento confere com a visão de Lather (1991), comentada por Moreira (2003), ou seja, a decisão pela escolha de um conhecimento para a formação do perfil do administrador tem como base o processo que diz respeito ao conhecimento construído, contestado, interessado

e polifônico. Assim, o conhecimento e o currículo apresentam um caráter construtivo, político e histórico.

2.2 Proposta de formação do do administrador

A formação do administrador é indicada pelas DCN (2005) como inicial e continuada, com um caráter teórico-científico, técnico-prático, teórico-metodológico. Como se observa os conteúdos da formação no quadro 3.

Formação	Conteúdos
Teórico-científico	Relacionados com estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, económicos e contábeis, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas.
Técnico-prático	Abrangendo pesquisa operacional, teoria dos jogos, modelos matemático e estatístico e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à administração.
Teórico-metodológico	Vinculados aos estudos opcionais de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando.

Quadro 3 - Conteúdos de formação proposto pelas DCN de 2005. Fonte: Resolução n 4 de 13 de julho de 2005, da Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE), da República Federativa do Brasil.

Como se observa no quadro 3, quando se objetiva a elaboração do projeto pedagógico e o planejamento do currículo, os conteúdos do curso de Administração pressupõem uma equipe interdisciplinar. Os conteúdos de caráter teórico-científico sugerem uma formação geral do administrador, os de caráter técnico-prático volta-se para a aquisição de conhecimentos, competências e habilidades relacionadas com a profissão e os de caráter teórico-metodológico visa possibilitar a aquisição do modo de como relacionar os conhecimentos e os métodos das diferentes áreas, ou seja, a capacidade de transferir os métodos de uma disciplina para outra ou interrelacionar os conhecimentos entre as diferentes disciplinas, desse modo, existe um aprendizado e um desenvolvimento em grau de aplicação; em grau epistemológico; em grau de geração de novas disciplinas para compreensão do mundo das organizações.

A pesquisa transdisciplinar pode ser gerada no ensino superior no curso de Administração pela ação de vários níveis da realidade, através de temas complexos que nenhuma disciplina seja suficiente para fazer essa abordagem de forma isolada, de modo que atravesse as diferentes áreas do conhecimento. Como exemplo de temas transversais no curso de administração,

destacamos: desenvolvimento sustentável; responsabilidade social; ética e empreendedorismo (Universidade Federal do Tocantins, 2010).

O trabalho transdisciplinar transforma-se em uma dinâmica que se alimenta da pesquisa disciplinar, mas evita a compartimentalização do conhecimento no currículo do curso de administração, que depende de várias variáveis, como: formação dos professores do curso para interpretar, utilizar e orientar a perspectiva da transversalidade; colaboração e cooperação entre os diferentes professores; em síntese, implica em um trabalho coletivo.

Moreira, (2003, p. 63) acredita que para evitar a compartimentalização no currículo é necessário a transversalidade, “matriz da mobilidade de diferentes campos de conhecimento em quaisquer direções, sem hierarquia ou caminhos pré-definidos”. Nesse sentido, as decisões e mudanças curriculares, a motivação e criatividade são categorias subjacentes aos professores envolvidos na prática curricular.

2.3 Estrutura curricular

A Resolução CNE/CES nº 4 de 13 de julho de 2005 determina que a estrutura curricular do curso de Administração seja viabilizada pela proposta pedagógica da universidade local, incluindo disciplinas obrigatórias e optativas na organização curricular, de forma que possa garantir uma integração entre as práticas, os conhecimentos gerais e específicos da profissão, o desenvolvimento da pesquisa e a produção de novos conhecimentos. Assim, as disciplinas serão agrupadas da seguinte forma: disciplinas de conteúdos básicos; de conteúdos de formação profissional; de conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias; e de conteúdos complementares (Brasil, 2005).

Nessa estruturação é recomendado pelas DCN (Brasil, 2005) alguns elementos estruturais como está representado no quadro 4, a seguir:

Elementos estruturais	Indicadores
Objetivos gerais Condições objetivas de oferta e avaliação do curso	Contextualização institucional, política, geográfica e social.
Carga horária	Carga horária das atividades didáticas e integralização do curso.
Formas de realização, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade	Abordagem metodológica dos conteúdos
Modos de integração teoria e prática Formas de avaliação do ensino e da aprendizagem	Prolongamento da atividade de ensino e iniciação científica.

Quadro 4 - Elementos estruturais do currículo do curso de graduação em Administração. Fonte (Brasil, 2005)

Observa-se no quadro 4, que os objetivos do curso estão relacionados com situações concretas da região e do local que se encontra a universidade, seja nas suas características políticas, geográficas ou sociais. Nessa mesma estrutura estão contempladas a carga horária do curso e das disciplinas, a abordagem metodológica e formas de avaliação.

3 Conclusão

Os elementos destacados pelas DCN (Brasil, 2005) podem ser considerados pelos professores como elementos para mobilizar os seus saberes e competências via avaliação do currículo nacional, para construir/reconstruir o currículo local e o projeto pedagógico e serão instrumentos de orientação da atividade de ensino em sala de aula (Goodson, 2001). As decisões são tomadas a partir das relações entre o currículo oficial e o da universidade, considerando aspectos comuns ao curso de administração, além das questões que podem ser variadas, de acordo com as necessidades dos estudantes, tomando como base a realidade local, sem perder de vista a tendência nacional e mundial.

As Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Administração determinou legalmente em 2005 uma reestruturação curricular no universo da educação superior brasileira. Esse é um processo que se encontra no contexto da globalização econômica e do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, que vislumbram uma nova exigência de qualificação profissional cada vez maior para o exercício de competências gerenciais. Os cursos que não acompanharem a nova tendência de formação corre o risco de se tornarem obsoletos e sem potencial de formação de novos profissionais.

As decisões curriculares no curso de administração no contexto que se encontra a universidade brasileira, pressupõe uma organização que possibilite os futuros profissionais enfrentarem as mudanças do setor produtivo (mundo dos negócios empresariais), das instituições e organizações governamentais, bem como, dos setores sociais e políticos, sem perder de vista a sua função de educação do cidadão de forma integral.

Referência bibliográfica

Brasil (1996). *Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996*. Retirado em janeiro 2, de 2012 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm.

- Brasil (2005). Resolução CNE/ n. 4/2005. *Diário Oficial da União*. Brasília, 19 de julho. Seção I, p. 26.
- Goodson, Ivor F. (2001). *O Currículo em mudança estudos na construção social do currículo*. Porto, Portugal: Porto Editora LDA.
- Moreira, Antonio Flávio (2003) Seleção e organização dos conhecimentos curriculares no ensino superior: notas para discussão. In: Moraes, Maria Célia; Pacheco, Jose Augusto; Evangelista, Maria Olinda (Orgs). *Formação de professores: perspectivas educacionais e curriculares*. Porto, Portugal: Porto editora, pp.47- 65.
- Nicolescu, Basarab (1996). *La transdisciplinarité*. Manifeste, Monaco: Éditions du Rocher, pp. 33-34.
- Pacheco, José. Augusto. (2000). Territorializar o currículo através dos projectos integrados. In: Pacheco, J. A. (Org.). (2000). *Políticas de Integração curricular*. Porto, Portugal: Porto Editora.
- Pacheco, José. Augusto (2001). *Currículo, teoria e práxis*. Porto, Portugal: Porto Editora.
- Pacheco, José. Augusto. (2002). *Construção e avaliação do projeto curricular de escola*. Porto. Portugal: Porto Editora.
- Pacheco, José. Augusto. (2005). *Escritos curriculares*. São Paulo: Cortez
- Pacheco, José. Augusto. (2008). *Organização Curricular Portuguesa*. Porto: Porto Editora.
- Pacheco, José. Augusto. (2009). Processos e práticas de educação e formação. Para uma análise da realidade portuguesa em contextos de globalização. *Revista Portuguesa de Educação*, 22 (1), 105-143.
- Perrenoud, Paquay, Altet & Charlier (2001). Formando professores profissionais: três conjunto de questões. In Perrenoud, Paquay, Altet & Charlier (Orgs.). *Formando professores profissionais: quais as estratégias? Quais as competências?* 2 ed. Porto Alegre, Brasil: Artme, pp. 11-22.
- Tardif, Maurice & Gauthier, Clemon (2001). O professor como “ator social: que racionalidade, que saber, que julgamento. In: Perrenoud, Paquay, Altet & Charlier (Orgs). *Formando professores profissionais: quais as estratégias? Quais as competências?* 2 ed. Porto Alegre, Brasil: Artmed, pp.185-210..